

RESOLUÇÃO SMIT "N" Nº 10, DE 6 DE MARÇO DE 2025

Dispõe sobre a criação do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito da Secretaria Municipal de Integridade, Transparência e Proteção de Dados, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CD/ANPD nº 18, de 16 de julho de 2024, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, que aprovou o Regulamento sobre a atuação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais; e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Rio nº 54.984, de 21 de agosto de 2024, que estabelece o Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais, institui a Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais, e dispõe sobre a aplicação da LGPD no âmbito da Administração Pública municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais para dar suporte à atuação do Encarregado de Dados Setorial no âmbito da Secretaria Municipal de Integridade, Transparência e Proteção de Dados (SMIT), nomeado conforme dispõe o artigo 12, IV, do Decreto Rio nº 54.984, de 21 de agosto de 2024.

Art. 2º O Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Secretaria Municipal de Integridade, Transparência e Proteção de Dados será composto, no mínimo, pelos representantes das seguintes áreas:

I - Encarregados de Dados Setoriais da Secretaria Municipal de Integridade, Transparência e Proteção de Dados;

II - 1 (um) representante da Subsecretaria de Integridade, Transparência e Proteção de Dados - IT/SUBIPT;

III - 1 (um) representante da Diretoria de Administração Setorial - IT/ADS;

IV - 1 (um) representante da Coordenação de Integridade - IT/SUBIPT/CIN;

V - 1 (um) representante da Coordenadoria de Inteligência - IT/SUBIPT/COI;

VI - 1 (um) representante da Gerência de Transparência Passiva - IT/SUBIPT/CTPD/GTP;

VII - 1 (um) representante da Gerência de Infraestrutura e Logística - IT/ADS/GIL; e

VIII - 1 (um) representante da Gerência de Recursos Humanos - IT/ADS/GRH.

§ 1º A participação no Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais será considerada prestação de serviço público relevante, não sendo remunerada.

§ 2º A ausência de algum dos membros não inviabiliza o início dos trabalhos do Comitê.

§ 3º A elaboração da pauta das reuniões e organização dos trabalhos do Comitê caberá ao Encarregado de Dados Setorial titular, que terá por atribuição coordenar, convocar e organizar as

reuniões do Comitê.

§ 4º Outros representantes de outras áreas podem ser convidados a participar das reuniões e a colaborar com os trabalhos.

Art. 3º O Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais dará suporte às atividades dos encarregados de dados e terá as seguintes atribuições:

I - apoiar o trabalho dos encarregados de dados setoriais na implantação do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;

II - fornecer informações acerca dos tratamentos de dados pessoais realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Integridade, Transparência e Proteção de Dados, esclarecendo dúvidas das atividades de sua respectiva área;

III - reavaliar, em conjunto com os responsáveis pelos sistemas, processos de negócio, serviços e políticas públicas, a efetiva necessidade dos tratamentos de dados pessoais realizados;

IV - analisar o nível de criticidade em caso de incidente de segurança com dados pessoais e acionar o profissional da tecnologia da informação, se for o caso; e

V - documentar as respostas aos incidentes relacionados a recursos computacionais ou físicos, independentemente de o incidente vir a ser reportado ou não à Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.